



podemos

CÂMARA



PÁG. 4

PODEMOS A UM PASSO DE GANHAR REFORÇO DE DOIS DEPUTADOS NA CÂMARA FEDERAL

PÁG. 6

Gilson Daniel se consolida como maior defensor dos criadores de pássaros no Brasil



EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:
Deputado Federal Rodrigo Gambale (SP)

Presidente Nacional do Podemos:
Deputada Federal Renata Abreu (SP)

Chefe de Gabinete:
Fábio de Souza Oliveira

Secretário Nacional de Comunicação:
Bruno Valente

Coordenador de Comunicação:
Alisson Esteves

Jornalista Responsável:
Marília Jardim

Revisão Geral:
Daniel Roriz

Diagramação e Arte:
Maura Mosquera

Colaboradores:

Colaboradores: Augusto Sobrinho, Brunna Morais, Carolina Frederico, Carol Bracho, Elloá Urbano, Emanuelle Lamounier, Fabíola Salvador, Gabriel Cruz, Gabriel Tiveron, George Pacífico, Hugo Sales, Iana Silvany, João Rafael, Lola Nicolás, Lucas Amparo, Luisa Barros, Mário Agra, Mayara Oliveira, Natana Cristina, Rafaella Panceri, Robert Alves, Sérgio Barba, Tikkho Maciel, Tullio Damin Da Sois e Valéria Amaral.

SUMÁRIO

- 4** Podemos a um passo de ganhar reforço de dois deputados na Câmara Federal
- 6** Gilson Daniel se consolida como maior defensor dos criadores de pássaros no Brasil
- 8** Rodrigo Gambale lidera esforço para barrar aumento do IOF e proteger bolso do cidadão
- 10** Aprovada PEC de Renata Abreu para ter plebiscito e referendo junto com as eleições
- 12** Falsas Cooperativas: uma luta em defesa dos profissionais de enfermagem
- 14** Mauricio Marcon defende fim do desconto compulsório feito por sindicatos
- 16** Ganem contribui para resolução do CNJ que garante acessibilidade em concursos
- 18** Raimundo Costa alerta sobre MP que ameaça pagamento do Seguro-Defeso
- 20** Romero Rodrigues quer entrega rigorosa de produtos comprados pela internet
- 22** Com relatoria do Dr. Víctor Linhalis, avança criação do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas
- 24** Ruy recebe ministros e cobra efetividade de políticas públicas para saúde, assistência social e previdência
- 26** Pressão por Justiça: Sargento Portugal cobra avanço da PEC das Polícias Municipais na CCJ
- 28** Violência obstétrica pode ser incluída na Lei Maria da Penha
- 30** Lei do Silêncio: Glaustin propõe punição para quem perturbar pessoas com autismo
- 32** Para conter lavagem de dinheiro, PL de Haully quer retirar as cédulas de R\$ 200 e R\$ 100
- 34** ARTIGO: Segurança e Justiça para Elas - Nely Aquino propõe aprimorar uso do FNSP




Poder Judiciário da União
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Pela vontade de seus
regentes nos termos em 2 de outubro de 2022,
o candidato pelo "Podemos (19 - PODE)"

RAFAEL BENTO PEREIRA

É eleito Deputado Federal de Rondônia,
Em testemunha desse fato, a Justiça Eleitoral expediu-lhe o presente diploma,
que o habilita a investitura no cargo.

Palmas, 19 de junho de 2025.

Desembargador Tiago Rigó Guimarães
Presidente do TRE/RO


TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, Desembargador Tiago Rigó Guimarães, no uso das atribuições que lhe confere o art. 215 do Código Eleitoral, de 4 de julho de 1965, tendo em vista o reprocessamento das eleições de 2022, realizado em 9 de junho de 2025, expede o diploma de Deputado Federal de Tocantins.

TIAGO DIMAS BRAGA PEREIRA

Eleito pelo partido/federação PODEMOS (19 - PODE), com o número 4.737, de 15 de julho de 1965, tendo em vista o reprocessamento das eleições de 2022, realizado em 9 de junho de 2025.

Desembargador João Rigó Guimarães
Presidente

A autenticidade do documento deve ser verificada mediante a cópia verificadora.

PODEMOS A UM PASSO DE GANHAR REFORÇO DE DOIS DEPUTADOS NA CÂMARA FEDERAL

O Podemos deu mais um passo para ampliar sua bancada na Câmara dos Deputados. Tiago Dimas (TO) e Rafael Fera (RO) foram diplomados por autoridades do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de seus estados. A diplomação é etapa que antecede a posse na Câmara, em Brasília, evento que deve acontecer nas próximas semanas. O diploma assegura que o deputado está apto a tomar posse.

Dimas foi diplomado ontem, numa cerimônia que teve, também, a diplomação de José Alves Maciel, também do Podemos, como primeiro suplente.

“Eu quero que as pessoas enxerguem lá na frente, e veja que depois de toda essa etapa, de tudo que a gente está passando, que tenham em mim uma pessoa pra falar assim: ‘Aquele deputado ali, está nos honrando. Aquele deputado, aqui ele está fazendo a diferença lá no Congresso Nacional’”, afirmou.

“Vem comigo, vamos juntos fazer esse mandato que vai ficar para história do Tocantins. Cheguei com menos tempo de mandato mas com muita vontade de trabalhar e de honrar todos que confiam no meu trabalho”, completou.

Logo após ter sido diplomado, Rafael Fera lembrou da confiança depositada nele pela população de Rondônia, por meio do voto de 24 mil cidadãos. “Serei a voz de vocês em Brasília”, disse, agradecendo ao prefeito de Porto Velho, Léo Moraes, à sua família, à sua equipe e à Deus.

Eles ganharam o direito de ocupar a cadeira na Câmara dos Deputados após uma decisão do após a determinação de novas diretrizes do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal (STF), que alterou o resultado para as vagas.

A redistribuição cumpre uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) tomada em março de 2025. Na época, o tribunal resolveu aplicar ao resultado da eleição de 2022 seu entendimento sobre as “sobras eleitorais”, critério usado para distribuir vagas na eleição da Câmara quando os partidos não atingem uma votação mínima para eleger um deputado.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OS NOSSOS DEPUTADOS

O Podemos cresce ainda mais! Recebemos com orgulho Tiago Dimas (TO) e Rafael Fera (RO) na nossa bancada.

GILSON DANIEL SE CONSOLIDA COMO MAIOR DEFENSOR DOS CRIADORES DE PÁSSAROS NO BRASIL

O deputado Gilson Daniel (ES) tem se consolidado como a maior liderança política do Brasil na defesa dos criadores de passeriformes. Desde o início do mandato, sua atuação firme, técnica e próxima da base tem rendido conquistas concretas para a classe — como o relançamento do Sistema SisPass, a autorização das transferências de aves, após mais de um ano de paralisação, e a liberação dos torneios e exposições no Espírito Santo, em articulação direta com o governo estadual.

Agora, o parlamentar deu mais um passo decisivo para a elaboração do Marco Legal da Criação de Pássaros. No dia 28 de maio, criadores de todo o país se reuniram em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados, com o objetivo de discutir um marco legal que represente a criação amadora de pássaros. “Não vamos aceitar que a criação legalizada continue sendo tratada com preconceito. Os criadores seguem as regras, cuidam da fauna e ajudam a preservar espécies. É hora de regularizar, valorizar e dar segurança jurídica a essa atividade”, afirmou.

Além de defender os direitos dos criadores, o deputado vem sendo voz ativa contra decisões arbitrárias de órgãos federais, como a recente Portaria nº 782/2025 do Ministério da Agricultura, que suspendeu eventos com aves — medida classificada como injusta, ineficaz e discriminatória.

Gilson Daniel também se posiciona contrário ao Projeto de Lei 1045/2024, que pretende proibir o comércio de

espécies da fauna silvestre em qualquer situação, o que na prática criminalizaria os criadores legalizados e registrados no Ibama. O deputado considera o texto um retrocesso perigoso, que ignora a realidade dos criadores que atuam com responsabilidade e dentro da legalidade. “Não podemos aceitar que um setor inteiro da economia e da cultura popular seja atingido por falta de diálogo e conhecimento técnico. Estarei vigilante para impedir que esse projeto avance”, declarou.

Os passarinhos, ou criadores de passeriformes, são cidadãos legalmente autorizados a manter e reproduzir pássaros da fauna nativa brasileira, seguindo regras ambientais rigorosas e utilizando o sistema oficial de controle do Ibama, o SisPass. Esses criadores desempenham um papel importante na preservação de espécies, na educação ambiental e no fortalecimento da economia local.

Atualmente, o Brasil possui mais de 400 mil criadores, com destaque para os estados de Minas Gerais, Bahia, Goiás, São Paulo e Espírito Santo. Só no território capixaba, são mais de 28.500 criadores registrados, que mantêm viva uma tradição cultural e familiar, movida por paixão, responsabilidade e respeito às normas ambientais. “Essa luta não é minha, é de um Brasil inteiro que ama seus pássaros e quer respeito”.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O que você acha de dar 30% de desconto na compra de livros, periódicos e materiais didáticos para professores e estudantes de cursos superiores de licenciatura?

A man with short, dark hair, wearing a blue suit jacket, a light blue checkered shirt, and a dark blue tie, is speaking into a black microphone. He has a small Brazilian flag pin on his lapel. The background is dark blue with a portion of the Brazilian flag visible on the right side.

“Os criadores desempenham um papel importante na preservação de espécies, na educação ambiental e no fortalecimento da economia. Essa luta é de um Brasil inteiro que ama pássaros”



“Não se trata apenas de barrar um imposto. Trata-se de construir, com diálogo e responsabilidade, alternativas que preservem o poder de compra da população e incentivem o setor produtivo”

RODRIGO GAMBALE LIDERA ESFORÇO PARA BARRAR AUMENTO DO IOF E PROTEGER BOLSO DO CIDADÃO

O deputado Rodrigo Gambale (SP), líder do Podemos na Câmara, tem atuado de forma incisiva para evitar que o recente aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), decretado pelo governo federal, onere ainda mais o contribuinte brasileiro. O Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 314/2025, que suspende os efeitos do decreto, teve seu regime de urgência aprovado na sessão desta segunda-feira (16).

Nos últimos dias, Gambale participou de reuniões com o presidente da Câmara, Hugo Motta, e outras lideranças do Congresso e do Ministério da Fazenda. O grupo busca alternativas viáveis e menos danosas à população.

“A carga tributária no Brasil já é excessiva. Não podemos aceitar medidas que penalizem ainda mais quem já paga tantos impostos. Nosso foco deve ser a reestruturação da máquina pública, o corte de desperdícios e o combate a privilégios. Existem caminhos mais justos para garantir recursos sem afetar o orçamento do trabalhador”, afirmou Gambale.

Entre as soluções debatidas nas reuniões, está a reformulação da tributação sobre o mercado de jogos online, setor que movimenta hoje mais de R\$ 100 bilhões no Brasil, mas sem uma contrapartida social equivalente.

Como líder do Podemos, Gambale tem defendido que o Congresso assuma protagonismo na proteção do cidadão diante de decisões fiscais. “O parlamento está atento à voz das ruas”, alerta o deputado.

“Não se trata apenas de barrar um imposto. Trata-se de construir, com diálogo e responsabilidade, alternativas que preservem o poder de compra da população e incentivem o setor produtivo. Essa é a missão que assumi como representante do povo e como líder do nosso partido”, defendeu Gambale.

Com a urgência aprovada, o PDL não precisará passar pelas comissões. A expectativa é de que o plenário decida sobre o texto da proposta em até duas semanas.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO NOSSO LÍDER

O líder do Podemos na Câmara, deputado Rodrigo Gambale, está atuando com diálogo e responsabilidade para frear o aumento do IOF e buscar soluções que sejam justas para todos.

APROVADA PEC DE RENATA ABREU PARA TER PLEBISCITO E REFERENDO JUNTO COM AS ELEIÇÕES

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou hoje (dia 17) a PEC 330/2017, de autoria da deputada Renata Abreu (SP). A proposta determina que plebiscitos e referendos sejam realizados obrigatoriamente junto com as eleições regulares.

A ideia é simples, mas tem um potencial enorme de transformar a forma como o Brasil exerce a democracia direta. Hoje, apesar de a Constituição Federal prever a realização de plebiscitos e referendos (art. 14), esses instrumentos raramente saem do papel. O motivo? Alto custo e complexidade logística. Cada consulta popular exige a mesma estrutura de uma eleição nacional, o que torna sua convocação pouco frequente.

A última vez que o Brasil realizou um referendo foi em 2005, sobre a proibição da comercialização de armas de fogo. Já o último plebiscito ocorreu em 1993, quando os brasileiros votaram sobre a forma e o sistema de governo — presidencialismo, parlamentarismo ou monarquia.

Mas o que são, exatamente, esses mecanismos?

Plebiscito: ocorre antes da criação de uma norma.

É uma consulta popular feita para que o povo autorize ou não determinada decisão política.

Referendo: ocorre depois. A população é chamada a confirmar ou rejeitar uma lei já aprovada pelo Congresso Nacional.

Ao unir essas consultas ao calendário eleitoral, a PEC 330 pretende eliminar barreiras práticas e financeiras, e estimular a participação popular.

“Não faz sentido termos instrumentos de democracia direta previstos na Constituição que não são utilizados porque são caros demais para o Estado. Essa proposta traz racionalidade e efetividade”, afirma a deputada Renata Abreu.

O modelo já é adotado em democracias maduras como os Estados Unidos. Lá, é comum que referendos e iniciativas populares estaduais estejam presentes nas cédulas durante as eleições. A inclusão dos temas geralmente depende do governador ou do legislativo local, o que torna o processo mais ágil e conectado à realidade de cada estado. Essa prática não só reduz custos, mas aumenta o engajamento cívico e fortalece a legitimidade das decisões populares.

Se aprovada nas demais etapas do processo legislativo, a PEC pode se tornar um divisor de águas, garantindo que a voz da população seja ouvida de forma mais direta, prática e acessível.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA NOSSA PRESIDENTE

Bateu a saudade de votar na Rê? Por aqui também!



“Não faz sentido termos instrumentos de democracia direta previstos na Constituição que não são utilizados porque são caros demais para o Estado. Essa proposta traz racionalidade e efetividade”



“Continuarei incansável nessa batalha, porque um profissional valorizado e com direitos garantidos é o alicerce para um serviço de qualidade e uma sociedade mais justa.”

FALSAS COOPERATIVAS: UMA LUTA EM DEFESA DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

A prática das falsas cooperativas permeia o panorama do mercado de trabalho, corroendo os direitos fundamentais dos trabalhadores. O uso indiscriminado de falsas cooperativas e a disseminação da quarteirização de serviços, ambas não são apenas manobras para driblar a legislação trabalhista, mas verdadeiros flagelos que precarizam a vida de milhares de profissionais, especialmente na área da saúde. É nesse cenário que a enfermeira e deputada Ana Paula (CE) se ergue como uma voz incansável e articulada no Congresso Nacional.

As falsas cooperativas operam como empresas de terceirização camufladas, privando os profissionais de direitos básicos assegurados pela CLT – como férias remuneradas, 13º salário, FGTS e licença-saúde.

“Muitos colegas, por falta de informação ou por necessidade para conseguir uma vaga, acabam caindo nessa armadilha”, alerta a parlamentar. “Eles trabalham como empregados, mas sem nenhum dos benefícios e seguranças que um vínculo empregatício deveria oferecer.”

A situação se agrava exponencialmente com a quarteirização. Esse modelo, derivado da terceirização, cria uma cadeia de intermediários: uma empresa contrata outra, que contrata uma terceira, e esta, por sua vez, contrata os trabalhadores – frequentemente por meio das mencionadas falsas cooperativas. O resultado? Uma diluição da responsabilidade que torna a fiscalização quase impossível e facilita a exploração. “A quarteirização é a ‘terceirização da terceirização’”, explica a Ana Paula. “É um mecanismo perverso que visa afastar a responsabilidade do tomador final do serviço, jogando a conta para o elo mais fraco: o trabalhador.”

Enfermeiros, técnicos e auxiliares se veem submetidos a jornadas exaustivas, remunerações ínfimas e sem qualquer segurança jurídica ou social. “Não é raro ver enfermeiros trabalhando sem descanso adequado, e recebendo por ‘produtividade’ ou ‘diária’, sem nenhum direito garantido”, desabafa Ana Paula. “Isso impacta não só a vida do profissional, mas a qualidade do atendimento ao paciente, pois um profissional exausto não consegue entregar seu melhor.”

A luta da deputada é um farol de esperança para milhares de profissionais da saúde e de outras áreas que sofrem com a precarização. “Minha experiência como enfermeira me ensinou que o cuidado vai além da assistência direta; ele engloba a defesa do bem-estar e dos direitos de quem cuida”, conclui ela.

Ana Paula. “Continuarei incansável nessa batalha, porque um profissional valorizado e com direitos garantidos é o alicerce para um serviço de qualidade e uma sociedade mais justa.”

Ao defender os direitos trabalhistas, ela não só protege os indivíduos, mas também fortalece as categorias profissionais e eleva a qualidade dos serviços essenciais que chegam à população. A atuação de Ana Paula no Congresso Nacional é um exemplo claro de como a experiência prática de uma profissional de saúde, combinada com a força do mandato parlamentar, pode gerar um impacto transformador na vida de muitos.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA DEPUTADA

Isso sim é defender a saúde pública de verdade!

MAURICIO MARCON DEFENDE FIM DO DESCONTO COMPULSÓRIO FEITO POR SINDICATOS

O deputado Mauricio Marcon (RS) defendeu nesta terça-feira o fim do desconto compulsório por sindicatos, em especial para trabalhadores que não pediram para ser associados. “Nós estamos terminando com o absurdo que é ver filas e filas intermináveis em frente ao sindicato para fazer a negativa do desconto sindical”, afirmou ele, durante o debate e votação do Projeto de Lei 1663/2023, que trata da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

“Em 2025, ter de ir a um sindicato em horário de trabalho preencher uma folha e ser humilhado para dizer que não quer que o dinheiro seja descontado, esse tempo precisa terminar”, declarou o parlamentar do Podemos.

Ao defender o fim do desconto, ele lembrou que o Brasil é uma democracia e que “ninguém pode ser obrigado a ter desconto na sua folha salarial, que é sagrada, sem que

autorize. Nós estamos votando neste momento, brasileiro, que você, celetista, possa negar esse desconto de forma online, através do seu celular, que os sindicatos não tenham mais a prerrogativa de colocar a mão no seu bolso sem que você autorize”.

Marcon citou que, em sua cidade natal, terra metal-mecânica, existe um sindicato com mais de 50 mil filiados, sendo que nem 1% dos sindicalizados gostaria de ser. “O trabalhador está cansado de ser extorquido de forma compulsória e ser humilhado na hora de fazer a recusa”, completou.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Mauricio Marcon defendeu, no plenário da Câmara, o fim do desconto sindical obrigatório para quem nunca pediu para ser associado.

“Nós estamos terminando com o absurdo que é ver filas e filas intermináveis em frente ao sindicato para fazer a negativa do desconto sindical”



“Essa vitória é coletiva e representa um passo firme por mais dignidade, acessibilidade e igualdade de oportunidades”

GANEM CONTRIBUI PARA RESOLUÇÃO DO CNJ QUE GARANTE ACESSIBILIDADE EM CONCURSOS

Durante a 3ª Sessão Extraordinária de 2025 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o deputado Bruno Ganem (SP) teve a oportunidade de se manifestar e apresentar sugestões sobre acessibilidade nos concursos públicos do Judiciário.

O ministro Luís Roberto Barroso concedeu a palavra ao parlamentar, que dialoga diretamente com o relator da proposta, conselheiro Guilherme Feliciano. Como resultado, foi aprovada por unanimidade uma nova resolução que representa um marco na inclusão de pessoas com deficiência e com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no serviço público.

A medida assegura condições adaptadas não apenas nas etapas escritas, mas também nas provas orais dos certames, algo inédito e fundamental para garantir igualdade de oportunidades. As adaptações incluem uso de tecnologias assistivas, comunicação clara, possibilidade de videoconferência, tempo adicional e ambientes

acolhedores, respeitando as necessidades individuais dos candidatos.

A resolução também obriga os editais a preverem, no mínimo, apoio qualificado, acessibilidade atitudinal e critérios de avaliação adaptados. O objetivo é eliminar barreiras estruturais e comportamentais, ampliando a presença de pessoas com deficiência nos quadros do Judiciário, ainda limitada segundo levantamento feito pelo CNJ em 2023.

Para Bruno Ganem, essa conquista representa muito mais do que um avanço institucional. “Conquistamos voz dentro do CNJ. Essa vitória é coletiva e representa um passo firme por mais dignidade, acessibilidade e igualdade de oportunidades”, afirmou o deputado, que vem atuando ativamente na defesa dos direitos das pessoas com deficiência e da população neurodivergente.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Violência nas escolas não dá pra tolerar.

RAIMUNDO COSTA ALERTA SOBRE MP QUE AMEAÇA PAGAMENTO DO SEGURO-DEFESO

A edição da Medida Provisória 1303/2025 provocou forte reação entre pescadores artesanais e entidades da pesca em todo o país. A proposta altera as regras para homologação do Seguro-Defeso, benefício de milhares trabalhadores durante o período de reprodução de pescados. O deputado federal da pesca, Raimundo Costa (BA) apresentou emenda supressiva no Congresso Nacional para derrubada do Artigo 71.

O parlamentar apelidou a Medida como “MP do Trava-Defeso”, e de acordo com a Federação dos Pescadores e Aquicultores do Estado da Bahia (Fepesba), as novas exigências impostas podem impedir que inúmeros pescadores recebam o benefício, além de fragilizar diretamente as entidades que historicamente atuam na defesa da categoria.

“Na condição de deputado, apresentei a emenda supressiva ao Artigo 71 para que essa morte anunciada as entidades de pesca, assim como essa Medida Provisória que trava o defeso, não avance em garantia do direito do pescador pescar e se alimentar. A mobilização é nacional, o Brasil está se mobilizando”, disse Raimundo. “A Bahia sempre foi a vanguarda da defesa dos direitos dos pescadores”, lembrou o parlamentar.

A Federação alerta para os impactos da Medida Provisória 1303/2025, que traz mudanças que colocam em risco o acesso dos pescadores artesanais ao Seguro-Defeso e fragiliza diretamente as entidades

representativas da categoria. O presidente da FEPESBA, Aurelino dos Santos, alertou o risco da MP. “Milhares de pescadores poderão ficar sem o alimento na sua mesa em consequência de não poder sacar o defeso com a mesma facilidade que conseguem através das suas entidades representativas. Considerando que o artigo prevê a mudança de homologação para as prefeituras que não tem o preparo devido para esse serviço”.

O ponto mais crítico está no Artigo 71 da medida, que, segundo as lideranças do setor, representa um risco real de desestruturação das organizações de pesca e da própria manutenção da atividade artesanal. Em resposta, o deputado apresentou uma emenda supressiva no Congresso Nacional, buscando retirar o artigo da proposta e preservar os direitos dos pescadores.

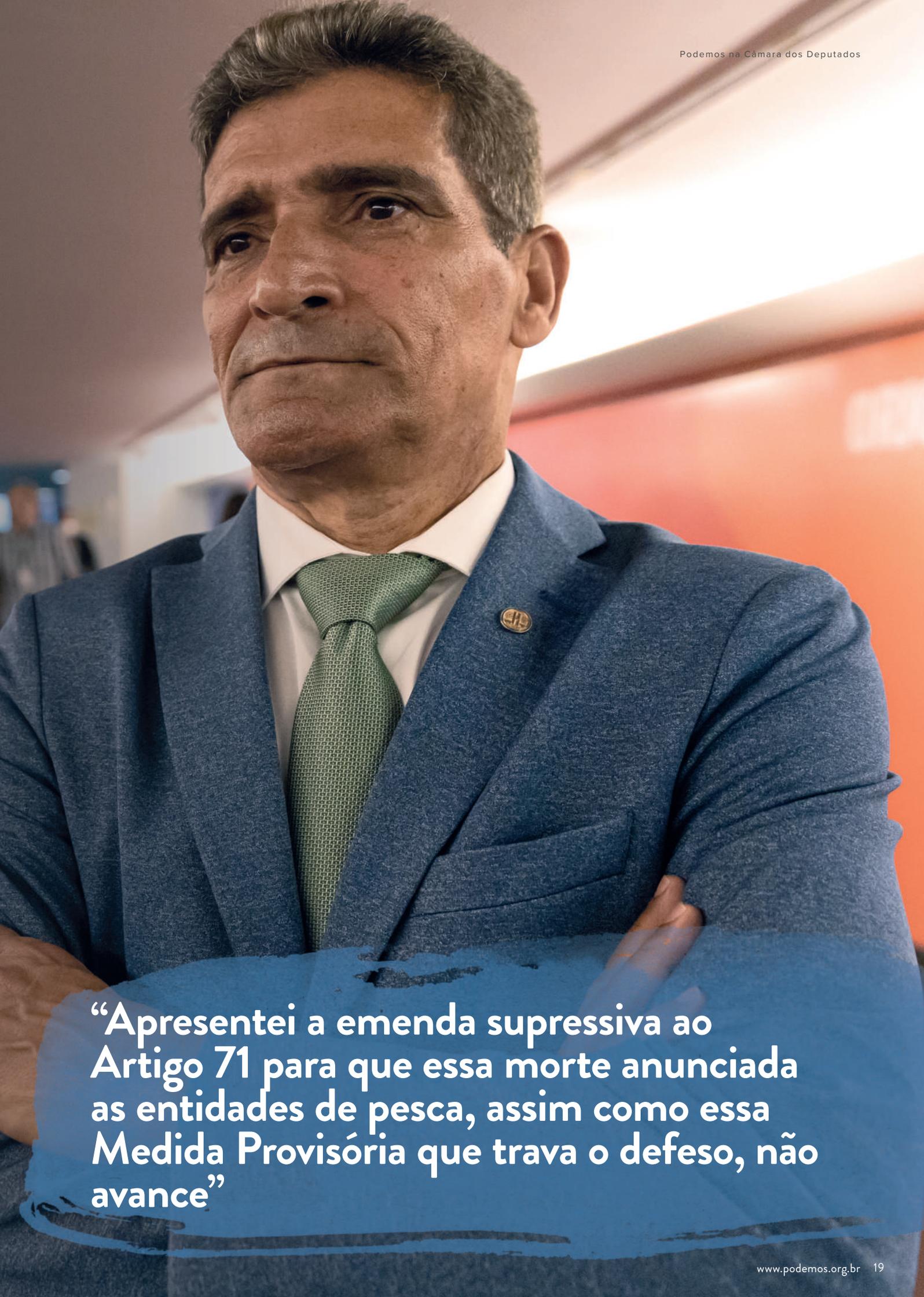
Diante do cenário, a Fepesba, com apoio do deputado convocou uma reunião de mobilização com colônias e entidades de pesca que ocorreu no fim de junho, no edifício Wall Street em Salvador. O objetivo é fortalecer o movimento de resistência contra a medida e garantir a continuidade do Seguro-Defeso. “A luta é coletiva e a resistência é agora. A Bahia não pode ficar de fora desse movimento nacional em defesa da pesca artesanal”, destacou Raimundo em nota.

 O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Raimundo Costa está na defesa dos profissionais que fazem a educação acontecer nos bastidores.



“Apresentei a emenda supressiva ao Artigo 71 para que essa morte anunciada as entidades de pesca, assim como essa Medida Provisória que trava o defeso, não avance”

A close-up portrait of Miguel Cruz, a man with grey hair, smiling and speaking into a dark microphone. He is wearing a grey suit jacket, a light purple shirt, and a patterned tie. The background is dark with some green and yellow elements.

“É dever do fornecedor honrar com a entrega do bem ou serviço nas mesmas condições de preço e especificações originalmente pactuadas”

ROMERO RODRIGUES QUER ENTREGA RIGOROSA DE PRODUTOS COMPRADOS PELA INTERNET

Está em análise na Câmara dos Deputados uma proposta do deputado Romero Rodrigues (PB) que insere no Código de Defesa do Consumidor a exigência de que produtos ou serviços oferecidos pela internet obedeçam rigorosamente às condições de prazo, a quantidade e a qualidade acertados na oferta ao consumidor.

Conforme o Projeto, caso o fornecedor não possa atender a condições contratadas, a devolução do dinheiro dependerá do consentimento do consumidor, que poderá exigir a entrega imediata do produto ou a execução do serviço na forma contratada e sem custos adicionais.

O parlamentar argumenta que não são raros os casos em que o produto ou o serviço entregue ao consumidor não corresponde ao contratado na oferta. Nessas situações, muitas vezes, as redes de varejo cancelam a totalidade da compra, sem oferecer a reposição imediata do produto, restando ao consumidor o reembolso ou o acúmulo de créditos.

“A prática prejudica o consumidor. Para ter a mercadoria desejada, ele se vê obrigado a realizar novo pedido, arcando novamente com taxas de entrega elevadas e, não raro, pagando mais caro pelo mesmo produto”, observa Romero Rodrigues. “É dever do fornecedor honrar com a entrega do bem ou serviço nas mesmas condições de preço e especificações originalmente pactuadas, não sendo razoável o desfazimento unilateral do contrato.”

O deputado afirma ainda que, apesar da legislação já estabelecer diretrizes sobre a contratação no comércio eletrônico, falta uma abordagem mais específica no que diz respeito à entrega correta de produtos e à sua reposição imediata em caso de falha no fornecimento.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Mais segurança e respeito para o turista!

Cria o Código Brasileiro de Defesa do Turista.

COM RELATORIA DO DR. VICTOR LINHALIS, AVANÇA CRIAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS DESAPARECIDAS

Graças à atuação firme do deputado Dr. Victor Linhalis (ES), está avançando na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 2328/2023, que institui o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. A proposta busca unificar e padronizar os procedimentos de busca em todo o país, promovendo a integração entre segurança pública, justiça e assistência social — um marco na luta contra o desaparecimento de pessoas no Brasil.

Como relator da matéria, Dr. Victor tem conduzido os debates com prioridade e sensibilidade, reunindo apoio técnico e político para destravar um tema que há muito exige atenção do poder público. “Estamos falando de milhares de famílias brasileiras que vivem o sofrimento diário de não saber onde estão seus entes queridos. Com este projeto, queremos transformar dor em esperança, e burocracia em agilidade”, destacou o deputado.

O cadastro vai permitir o cruzamento de dados entre diferentes instituições, acelerando as investigações e ampliando as chances de reencontros. A proposta

prevê uma atuação coordenada entre União, estados e municípios, criando um sistema nacional eficiente, moderno e humanizado.

“O grande desafio hoje é a desarticulação entre os órgãos. Nosso trabalho é criar um mecanismo único, transparente e acessível, que coloque as famílias em primeiro lugar. Com esse projeto, damos um passo concreto para isso”, afirmou Dr. Victor.

O parlamentar também tem reforçado a importância da atualização constante dos dados e do respeito à privacidade das pessoas envolvidas. Para ele, o sucesso da iniciativa depende do compromisso das três esferas de governo e do engajamento da sociedade civil.

“O desaparecimento de uma pessoa não pode ser tratado como um dado frio em uma planilha. É uma dor que precisa de resposta, e essa resposta está em políticas públicas eficazes como esta”, concluiu o relator.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O Prêmio Congresso em Foco está no ar, e nosso deputado concorre entre os melhores da política.



“O desaparecimento de uma pessoa não pode ser tratado como um dado frio em uma planilha. É uma dor que precisa de resposta”

A close-up portrait of Miguel Cruz, a man with short, graying hair and glasses, wearing a dark blue suit jacket over a white shirt and a blue patterned tie. He is speaking into a black microphone. The background is a plain, light-colored wall. A dark blue graphic overlay is at the bottom of the image, containing white text.

“Tivemos acesso aos planos de ação da gestão federal em diferentes pastas e cobramos medidas mais eficientes para ampliar a qualidade de vida da população brasileira”

RUY RECEBE MINISTROS E COBRA EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREVIDÊNCIA

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Juventude Família da Câmara dos Deputados, presidida pelo deputado paraibano Ruy Carneiro, recebeu três ministros do Governo Federal neste mês de junho. Os encontros foram pautados por cobranças dos parlamentares, prestação de contas e o esclarecimento em relação a políticas públicas voltadas para saúde, assistência social e previdência.

“É fundamental que o Congresso e, principalmente, a nossa comissão, que trata diretamente das políticas previdenciárias e sociais, conheça as prioridades do Governo. Nessas três oportunidades, tivemos acesso aos planos de ação da gestão federal em diferentes pastas e cobramos medidas mais eficientes para ampliar a qualidade de vida da população brasileira”, ressaltou Ruy.

A agenda foi iniciada com a visita do novo ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz. Na oportunidade, o gestor esclareceu o cronograma de ações para combater novas fraudes no INSS e como pretende ressarcir os aposentados e pensionistas que sofreram descontos ilegais nos benefícios.

Respondendo a outro questionamento de Ruy, Wolney ainda garantiu: “o tempo de espera nos atendimentos relacionados às perícias médicas deve ser reduzido a partir de agosto, quando os 500 novos peritos começam a reforçar o quadro de profissionais”, revelou.

SAÚDE

Já o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, apresentou novas ações, fez um balanço da administração e anunciou que a equipe técnica da pasta está avançando em relação a uma proposta apresentada por Ruy ao presidente Lula.

“O presidente Ruy Carneiro nos apresentou uma ideia muito interessante, pra gente incorporar no Sistema Único de Saúde alguns equipamentos utilizados em terapias do autismo. Nossa equipe técnica já está ouvindo especialistas e mapeando fabricantes, buscando viabilizar a distribuição de abafadores auditivos, coletes sensoriais e pastas de comunicação alternativa no rol de materiais oferecidos pelo SUS”, revelou Padilha.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na audiência com o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, o representante do Governo falou sobre o andamento dos programas sociais e destacou a luta do deputado Ruy para inclusão dos centros de assistência social no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

“A proposta do presidente Ruy é muito bem-vinda. Inclusive, nosso sistema já possui cerca de 8 bilhões de reais em projetos cadastrados para reformas e construções de CRAS e CREAS. O trabalho conjunto das comissões junto à Casa Civil, à Fazenda Nacional e ao Ministério do Planejamento, pode reforçar o já temos feito para que isso possa avançar”, detalhou Wellington Dias.

Em breve, a Comissão de Previdência também deve ouvir o novo presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Gilberto Waller Júnior. A data da audiência ainda não foi marcada, mas o requerimento de autoria do deputado Ruy Carneiro já foi aprovado pelo grupo de trabalho.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Abafadores de som, coletes sensoriais e pastas de comunicação são itens essenciais para muitas crianças com autismo.

PRESSÃO POR JUSTIÇA: SARGENTO PORTUGAL COBRA AVANÇO DA PEC DAS POLÍCIAS MUNICIPAIS NA CCJC

Em meio ao impasse que trava o avanço da PEC 57/2023, o deputado Sargento Portugal (RJ) reforça a mobilização em defesa da proposta que reconhece as Guardas Municipais como Polícias Municipais, assegurando-lhes garantias constitucionais e previdenciárias equivalentes às demais forças de segurança pública.

A proposta já conta com relatório favorável apresentado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) pelo deputado Felipe Francischini no último dia 29 de maio, como prometido. A entrega do parecer representou uma conquista para os mais de 100 parlamentares que subscrevem a PEC, entre eles o deputado Portugal, que é um dos autores.

Apesar disso, a tramitação encontra agora um novo obstáculo: o presidente da CCJC, deputado Paulo Azi (União-BA), sinalizou que pretende esperar o envio da PEC 18, de iniciativa do governo federal, para discutir as matérias em conjunto. A decisão, no entanto, é criticada por Portugal.

“Já estive pessoalmente com o presidente da CCJC. Solicitei diretamente que a PEC 57 vá à votação independente. A PEC 18 nem anda. Se ficarmos esperando, vamos travar tudo e jogar esse debate pra bem

mais tarde e todos aqui sabem como Brasília funciona quando o tempo vira desculpa para não agir.”

A PEC 57/2023 altera os artigos 40 e 144 da Constituição Federal, consolidando o papel das Guardas como agentes de segurança pública preventiva, com direito à paridade na aposentadoria e atuar com mais respaldo jurídico, especialmente em segurança preventiva e comunitária

A proposta ganha corpo num cenário de aumento da violência urbana e de pressão crescente da categoria Azul Marinho, que clama por reconhecimento jurídico e valorização funcional. “O Brasil inteiro tem visto guardas arriscando a vida desarmados, sem respaldo constitucional, cobrindo lacunas do Estado. É uma injustiça histórica que precisa ser corrigida”, diz Portugal.

Ao lado de lideranças como Luiz Veck, Rejane, Lopes, Eliel e Evandro, o deputado convoca uma mobilização nacional respeitosa, mas firme: “Agora é pressão com inteligência e união. Que a família Azul Marinho faça sua voz ecoar em cada canto do Brasil.”

A PEC está pronta. O relatório está feito. Falta apenas vontade política.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

A Comissão de Segurança Pública da Câmara aprovou uma proposta que altera o Código Penal Militar para reforçar a proteção jurídica aos militares em situações específicas.



“O Brasil inteiro tem visto guardas arriscando a vida desarmados, sem respaldo constitucional, cobrindo lacunas do Estado. É uma injustiça histórica que precisa ser corrigida”



“Com esse projeto, pretendemos proteger as mulheres contra esse tipo de violência e garantir assistência especializada no Sistema Único de Saúde (SUS)”

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA PODE SER INCLUÍDA NA LEI MARIA DA PENHA

Com objetivo de ampliar a rede de assistência à saúde mental da mulher, projeto de lei do deputado Fabio Macedo (MA) inclui a violência obstétrica como forma de violência doméstica e familiar. A proposta altera a Lei Maria da Penha.

A violência obstétrica é definida como qualquer conduta abusiva, seja física, verbal ou psicológica, praticada por profissionais de saúde durante o pré-natal, parto, pós-parto e aborto, que cause danos físicos e emocionais à mulher.

“Infelizmente, essa prática absurda pode levar a complicações graves como depressão pós-parto, traumas psicológicos e até mesmo morte materna. Com esse projeto, pretendemos proteger as mulheres contra esse tipo de violência e garantir assistência especializada no Sistema Único de Saúde (SUS)”, ressalta o deputado.

Importante lembrar que a violência obstétrica é uma violação dos direitos humanos e uma forma de

discriminação de gênero que afeta principalmente as mulheres mais vulneráveis, como aquelas de baixa renda, com menor escolaridade ou pertencentes a grupos étnicos marginalizados. “É fundamental definir medidas para coibir esse tipo de crime e garantir a saúde e a segurança das mulheres em todas as fases da gestação, no parto e no pós-parto”, enfatiza.

Atualmente, a Lei Maria da Penha, que trata da violência doméstica e familiar contra a mulher, não inclui especificamente a violência obstétrica. Por este motivo, Fabio Macedo propõe o debate para reconhecer e combater essa forma de violência contra as mulheres.

O PL 1056/2023 aguarda parecer do (a) relator (a) na Comissão de Educação.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Fabio está entre os indicados ao Prêmio Congresso em Foco, que reconhece os parlamentares mais atuantes do Brasil.

LEI DO SILÊNCIO: GLAUSTIN PROPÕE PUNIÇÃO PARA QUEM PERTURBAR PESSOAS COM AUTISMO

Mais uma conquista em favor da dignidade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) avança no Congresso Nacional. O Projeto de Lei 4299/2024, de autoria do deputado Glaustin da Fokus (GO), propõe proteger o direito ao silêncio e ao bem-estar de pessoas com autismo, reforçando o compromisso do parlamentar com uma sociedade mais empática e acessível.

“O respeito às necessidades sensoriais da pessoa autista é um passo essencial para garantir bem-estar, dignidade e inclusão real. Esse projeto nasce da escuta das famílias e da vivência com a comunidade. Em períodos como Carnaval, Ano Novo e Festas Juninas, o sofrimento dessas pessoas é invisível para muitos. Precisamos transformar esse silêncio em ação e proteção”, afirmou Glaustin.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que 2,4 milhões de pessoas têm diagnóstico de TEA no Brasil. Na faixa etária de 5 a 9 anos, 1 em cada 38 crianças é autista. Muitas têm hipersensibilidade a sons intensos ou imprevisíveis, o que pode desencadear crises emocionais e prejudicar sua convivência social e aprendizado.

O PL 4299/2024 altera a Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, e o §3º do art. 98 da Lei nº 8.112/1990, tornando crime a perturbação provocada por gritaria, ruídos acima dos limites legais, abuso de instrumentos

sonoros ou omissão quanto a barulhos causados por pets. A pena prevista é de prisão de um a quatro anos e multa. Em casos culposos, a pena será de seis meses a um ano de detenção e multa, com possibilidade de substituição por medidas alternativas, como prestação de serviços comunitários.

“Os barulhos em excesso não são apenas incômodos. Eles são barreiras que isolam e adoecem. Reconhecer isso em lei é dar visibilidade a um sofrimento sensorial constante, que precisa ser respeitado como direito humano”, reforçou Glaustin.

O projeto está em análise na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) e se soma a outras propostas do parlamentar, como o PL 1463/2022, que cria o Programa de Moradia Assistida para pessoas com autismo, e o PL 1225/2024, que garante aposentadoria para mães atípicas.

“Estamos acompanhando com esperança o andamento do PL 4299/2024. Ele mostra que estamos sendo ouvidos. São medidas concretas para garantir dignidade, proteção e respeito para nossas famílias”, declarou a ativista e mãe atípica Larissa Lafaiete, fundadora do projeto social Voe Alto.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Quer entender por que é tão importante garantir aposentadoria para mães que cuidam de filhos com deficiência?

A photograph of a man and a woman smiling together. The man is wearing a blue suit, white shirt, and blue tie. The woman is wearing a dark top and a colorful scarf. They are standing in front of a background of vertical bars, suggesting a legislative or public event. The text is overlaid on a dark blue, torn-paper-like graphic at the bottom of the image.

“O respeito às necessidades sensoriais das pessoas com autismo é um passo essencial para garantir o bem-estar, dignidade e inclusão real”



“Estamos construindo um Brasil mais eficiente, transparente e digital, onde o dinheiro eletrônico será ferramenta fundamental de cidadania e desenvolvimento”

PARA CONTER LAVAGEM DE DINHEIRO, PL DE HAULY QUER RETIRAR AS CÉDULAS DE R\$ 200 E R\$ 100

Procurando aproximar o Brasil dos países que já adotaram medidas para conter a circulação de dinheiro vivo, o deputado Luiz Carlos Hauly (PR) apresentou o Projeto de Lei nº 2932/2025, que propõe a retirada gradual de circulação das cédulas de maior valor do real – R\$ 200 e R\$ 100. A iniciativa busca modernizar o sistema financeiro nacional, combater a economia informal, a lavagem de dinheiro, o crime organizado e a sonegação fiscal, além de incentivar a inclusão financeira dos brasileiros.

Para Hauly, que é economista e que por duas vezes chefiou a Secretaria da Fazenda do Paraná, o projeto está alinhado com a recente reforma tributária digital brasileira, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023, que criou o modelo do IVA 5.0 no país, com foco no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Nesse novo sistema, a arrecadação se conecta diretamente à liquidação dos pagamentos, reduzindo a necessidade de circulação de dinheiro físico de alto valor.

“O uso de dinheiro em espécie vem caindo de forma expressiva no Brasil desde a criação do PIX, que se consolidou como o maior sistema de pagamentos instantâneos do mundo, superando 5 bilhões de transações mensais e movimentando mais de R\$ 2 trilhões por mês”, destacou o parlamentar. Ele lembrou ainda que, em junho de 2025, o PIX atingiu um recorde de quase 280 milhões de transações em um único dia.

“Apesar da digitalização já estar incorporada à rotina dos brasileiros, as cédulas de R\$ 200 e R\$ 100 continuam circulando e são frequentemente associadas a práticas ilícitas como contrabando, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e corrupção”, exemplificou.

Hauly reforça que essa é uma tendência internacional. Países como Suécia, Noruega e Dinamarca já operam com menos de 5% das transações em dinheiro físico e caminham para se tornarem “sociedades sem dinheiro” (cashless society). A Suécia, inclusive, prevê eliminar completamente o uso de dinheiro em espécie até 2030. A União Europeia descontinuou a nota de 500 euros em 2019 pelo seu uso associado a crimes financeiros, e medidas semelhantes foram adotadas na Austrália e no Canadá.

Além de combater a criminalidade, o projeto também busca fortalecer a inclusão financeira, impulsionada pelo acesso aos meios digitais, especialmente nas regiões menos atendidas por instituições bancárias. Para o deputado Hauly, a retirada das cédulas de maior valor é uma medida necessária para consolidar um sistema econômico mais seguro, moderno e socialmente inclusivo. “Estamos construindo um Brasil mais eficiente, transparente e digital, onde o dinheiro eletrônico será ferramenta fundamental de cidadania e desenvolvimento”, concluiu.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O Brasil precisa de estabilidade e equilíbrio nas contas. Não de mais impostos sobre quem já paga demais!

ARTIGO - NELY AQUINO | Deputada federal (Podemos-MG)

SEGURANÇA E JUSTIÇA PARA ELAS

O combate à violência contra a mulher exige mais do que palavras de apoio requer ações concretas, recursos bem aplicados e políticas públicas estruturadas. Foi com esse espírito que propus e conduzi, no último dia 10 de junho, uma audiência pública na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados para debater o uso dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) no enfrentamento a esse grave problema social.

Desde 2020, cerca de R\$ 500 milhões foram destinados pelo Fundo ao combate à violência de gênero. Mas surge a pergunta: esse valor tem sido utilizado de forma estratégica e eficiente? A audiência buscou responder essa e outras questões fundamentais para o aperfeiçoamento das ações de segurança voltadas às mulheres.

A audiência reuniu representantes do Ministério da Justiça, especialistas em segurança pública, movimentos sociais e órgãos de controle. Todos foram unânimes em reconhecer que o Brasil avançou na formulação de políticas de enfrentamento à violência de gênero, mas ainda precisa corrigir falhas na execução e fiscalização do uso dos recursos.

A proposta de ampliação da dotação do FNSP para ações voltadas à mulher também esteve no centro das discussões. Defendemos que os recursos contemplem,

de forma prioritária, ações preventivas, capacitação de profissionais, fortalecimento das Delegacias Especializadas da Mulher (DEAMs), atendimento psicossocial às vítimas e criação de mais abrigos seguros.

A violência contra a mulher é uma realidade cotidiana que exige ações concretas. Propus mecanismos para monitorar o uso dos recursos do FNSP e fortalecer a cooperação entre os entes federativos. Defendo que o papel do Parlamento vá além do diagnóstico, com foco em fiscalizar, agir e propor soluções efetivas.

O Podemos tem em sua essência a defesa da justiça social e da dignidade humana. A luta pelo fim da violência contra a mulher é um pilar dessa missão. Como parlamentar representante do povo mineiro e como mulher, reitero meu compromisso de seguir propondo, fiscalizando e cobrando medidas que tragam segurança e dignidade às brasileiras.

Seguiremos vigilantes e ativos para garantir que cada centavo destinado a essa causa seja bem aplicado, produzindo o que mais importa vidas salvas, mulheres protegidas, justiça feita.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA DEPUTADA

Um produto ainda permitido no Brasil já tirou vidas em nome da beleza.



“O Podemos tem em sua essência a defesa da justiça social e da dignidade humana. A luta pelo fim da violência contra a mulher é um pilar dessa missão.”

JUNTOS PODEMOS

 podemos.org.br

SEDE NACIONAL

SHIS QI 17, conj. 3, casa 25 Lago Sul - Brasília/DF

CEP 71.645-030

Telefone (61) 3550-5619

WhatsApp (11) 91339-5577

 contato@podemos.org.br      @podemos20

SEDE ADMINISTRATIVA

Rua Alexandre Dumas, 1658 - 16º andar

Santo Amaro - São Paulo/SP

CEP: 04717-004

telefone: (11) 3935-6353

 juntos@podemos.org.br      @podemos20

 **podemos**
CÂMARA